



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10775 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

NEOLIBERALISMO E NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

Ana Paula Pinheiro - UPF - Universidade de Passo Fundo

Altair Alberto Fávero - UPF - Universidade de Passo Fundo

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

NEOLIBERALISMO E NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

Tem-se nesse estudo um recorte da pesquisa referente a tese, a qual debate as divergências e convergências da BNC-Formação na formação docente. O termo neoliberalismo vem fazendo parte dos trabalhos de muitos pesquisadores no contexto acadêmico, nesta perspectiva, traz-se ao debate o termo, buscando analisar suas origens e suas bases filosóficas e históricas. Também busca-se analisar a partir do recorte temporal dos anos de 2016 a 2021 a sua presença no contexto educacional, bem como nas influências políticas que envolvem as decisões nesta área. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com objetivos exploratório-analíticos e de procedimento bibliográfico por meio de artigos e livros, embasando-se em autores como Freitas (2018), Saviani (2018), Dardot e Laval (2016), Sacristán (2011), Ramos (2011), entre outros.

Com isso, pretende-se elucidar o termo neoliberalismo e especificamente debater as influências do neoliberalismo na educação, ou seja, no contexto educacional de formação docente. E para tal questiona-se sobre: que influências neoliberais vêm adentrando o contexto educacional? Quais consequências podem ser observadas a partir destas influências? Como realizar possíveis enfrentamentos a tal problemática no contexto da escola pública e da formação de professores? São inquietações que surgem ao debater sobre o assunto.

A elucidação sobre o termo neoliberalismo se faz necessária e pertinente ao debate educacional atual, a medida em que cada vez mais adentra as esferas da educação. Os professores/as devem compreender a sua proposta e ao que ela direciona, com isso justifica-se a relevância da construção deste estudo, bem como de sua divulgação aos meios acadêmicos de formação docente. A compreensão do termo é o que inicia este diálogo, passando para análise das relações entre os artifícios utilizados para que a teia do neoliberalismo adentre o contexto da educação de forma sutil, com proposta de melhoria na qualidade, como única

possibilidade de mudança e carregando consigo uma imagem de candura que promete soluções efetivas, sobre problemáticas sociais de cunho bem mais complexo.

Sendo assim, este resumo expandido se estrutura a partir de dois aspectos, o primeiro abordará sobre a breve compreensão e elucidação do termo neoliberalismo, trazendo aspectos históricos, sociais e econômicos de sua origem. No segundo tem-se a análise das relações entre o neoliberalismo e a educação, tratando de vislumbrar a partir do recorte temporal de 2016 a 2021 que marcaram mudanças conjunturais na política brasileira, afetando a educação do país. Por fim, as premissas finais e as indicações de possibilidades para o enfrentamento da análise apresentada.

Com relação ao primeiro aspecto: compreensão do neoliberalismo, é preciso ter em mente que muito embora sua ascensão tenha sido evidenciada na década de noventa o neoliberalismo possui suas origens na década de trinta e de certa forma pode-se dizer que surge como uma releitura do liberalismo clássico. Conforme Maritutti (2021, p. 01)

Por muito tempo se considerou a formação da sociedade Mont Pèlerin em 1947 como um dos marcos mais precoces da constituição do “neoliberalismo”. Porém, esta percepção começou a mudar depois do curso ministrado por Michel Foucault no Collège de France em 1978. Nesta ocasião ele chamou a atenção para a importância do Colóquio Walter Lippmann realizado em Paris em 1938 na reorganização e renovação do pensamento liberal contemporâneo.

O Colóquio Walter Lippmann - Paris, em 1938 tornou-se uma baliza para a renovação do pensamento liberal contemporâneo, e marcou uma forte tensão entre duas linhas liberais, uma do conhecido liberalismo social, desejosa de justiça social, igualdade e de uma concepção positiva de liberdade, mas este grupo sofreu forte resistência de outro, que embora pequeno, ganhou muita força. Este segundo grupo era desejoso de uma intervenção social mínima, e conforme Mariutti (2021) elenca, era um “grupo de liberais hostis a qualquer interferência significativa sobre as relações de propriedade e contrários a qualquer política pública muito intervencionista, que tente orientar a economia na direção de um Estado de bem-estar social.” Contudo, foi essa corrente que recebeu o título de ‘neoliberal’, da qual tem-se como nomes principais: Ludwig Von Mises e Friedrich Van Hayek.

Nas origens do liberalismo a ordem econômica deveria seguir uma espécie de ordem natural a partir de leis divinas e naturais, na qual a razão humana deve adaptar-se a ela. Conforme afirma Mariutti (2021, p. 04) “Por conta disto a teoria do *Laissez-Faire* dos fisiocratas e da escola de Manchester advogava que o Estado não deveria interferir nos processos econômicos.”. Contudo o liberalismo contemporâneo para ser salvo, na visão dos participantes do Colóquio de Walter Lippmann, necessitava construir uma nova ordem econômica baseada no que seria uma concorrência dirigida pelos preços do mercado. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 70)

A reconstrução da doutrina liberal vai beneficiar meios acadêmicos bem financiados e de prestígio, começando nos anos 1930 pelo Institut Universitaire des Hautes Études Internationales [Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais], fundado em 1927, em Genebra, pela London School of Economics e pela

Universidade de Chicago, para mencionarmos apenas os mais famosos, e destilando-se em seguida em algumas centenas de *think tanks* que difundirão a doutrina ao redor do mundo.

Com isso, tem-se a reformulação do liberalismo de dentro para fora. Recebendo um novo nome, adquiriu novas roupagens e novos propósitos econômicos, que acabaram por expandir suas fronteiras para aspectos sociais e também educacionais. De forma articulada para que a difusão pelas *think tanks* seja eficaz.

O uso do prefixo ‘neo’, que seria atrelado ao novo, talvez tenha uma nova visão que não segue as leis naturais e perde seu sentido metafísico, mas segue princípios que primam pela matéria em detrimento do ser humano, que prezam pelo produto e pelo resultado que agora perpassa os objetos inanimados e faz com que o produto seja o próprio indivíduo e a sua subjetividade. Em 1978 o filósofo Foucault no Collège de France, traz as discussões sobre o surgimento do neoliberalismo e aborda sobre a ruptura nas relações políticas e econômicas que direcionaram para uma nova racionalidade, a racionalidade neoliberal. Esses direcionamentos tornam possível o nascimento da biopolítica, que é abordado por Foucault entre seus cursos sobre o ‘Nascimento da biopolítica’, em 1979. (NETO, 2019)

Com isso, tem-se novas maneiras de gerenciar os comportamentos humanos, a partir de uma lógica que usa uma força diversa a física, mas que atua nas subjetividades dos indivíduos, estimulando-os a agir de certas maneiras e operando essencialmente sobre seu ambiente econômico. Nesse sentido que Dardot e Laval (2016, p. 40) trazem: “A mão visível dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a ele enfraqueceu formidavelmente a crença na mão invisível do mercado”. Desta forma, tem-se como regulador social, cultural e agora educacional os desejos do mercado, que na verdade são indivíduos que visam seus lucros individuais e não o bem-estar coletivo e social.

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 69) o “‘novo liberalismo’, embasados na teoria de Keynes, consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma ‘sociedade de liberdade individual’, em proveito de todos.” Sendo assim, utiliza-se de meios que parecem opostos aos princípios liberais para realizar a sua implementação, sendo alguns deles as próprias leis, auxílios sociais, novas diretrizes que aparentemente surgem com propósitos muito bonitos à primeira vista, como de garantir qualidade e melhorias sociais que são impostas como necessárias e urgentes. Mas que visam restringir direitos individuais em detrimento ao coletivo, mas esse coletivo se trata de grupos de empresários, ou seja, a intenção é de garantir as condições reais de realização dos fins individuais de uma pequena elite capitalista.

Pode-se dizer que tem-se como centro de tudo o mercado e os demais aspectos devem girar em torno deste sol maior, mas os propósitos para que os objetivos sejam alcançados servem não ao bem coletivo, mas a um grupo de empresários que compreendem-se donos dos processos produtivos e desconsideram os sujeitos sociais, mas visam lucros individuais. Neste caso, o estado é útil para servir aos seus propósitos e acudir quando de seus interesses, quando

na verdade o papel do estado na sociedade democrática é outro. Confirma essas proposituras Batista (2019, p. 151),

Isso porque quando levamos em conta que a governamentalidade neoliberal se põe a serviço do mercado, ela tem uma mão, ao mesmo tempo, leve e pesada. Leve no sentido de uma intervenção silenciosa, para consertar aquilo que pode obstaculizar o livre exercício da atividade econômica. Pesada, porque instaura órgãos classificadores, estatísticos e avaliativos, fazendo uso do maior número de dados, de fontes, de conclusões científicas e de inventários demográficos a fim de eficiente e eficazmente governar a população em prol de uma competição ordenada. Assim, faz com que o Estado crie as condições para que todos possam competir e se tornar empresários de si mesmos.

A partir desta lógica do governo de si a liberdade se subordina às leis da economia, o estado age para que a economia fique estável e deixa de lado as funções sociais. É uma lógica perversa que mantém as decisões nas mãos de um grupo que de longo olha para os sujeitos sociais do processo, mas busca no lucro e na mais-valia seus objetivos principais. Quando todo um sistema gira em torno do sol, a economia, torna-se desumano e perigoso a formação para as humanidades. Araújo afirma que trata-se de “arte de governar que se transforma, pela economia política, em governo da população, cujo pano de fundo é o liberalismo e cujo regime de verdade é o mercado” (ARAÚJO, 2009, p. 39). Ainda conforme Cenci (2020, p.87) “O neoliberalismo é uma racionalidade absolutizadora da lógica do mercado com pretensão de ampliar-se a todas as esferas da sociedade, das formas de sociabilidade às profundezas da subjetividade humana.” Para isso, a educação é uma destas esferas que precisa ser alcançada.

Compreender os emaranhados que tecem a construção do neoliberalismo como forma de vida é fundamental para entendermos a sua presença e inserção nos vários contextos e especialmente o educacional. Portanto, conforme Dardot e Laval (2016, p.26) “o alvo principal é o Estado, de modo que “o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade”. É preciso ter consciência de que o discurso neoliberal é fruto de uma articulação que iniciou-se em 1938 no Colóquio de Walter Lippmann, e está longe de ser ingênuo, pois construiu-se a partir de ações bem planejadas que adentram várias esferas da sociedade e da educação.

Com relação ao segundo aspecto, o neoliberalismo e a educação, é preciso partir do seguinte questionamento: Por que a educação passa a fazer parte do métier da ideologia neoliberal? Para responder a tal questão, podemos utilizar os apontamentos elencados por Dardot e Laval (2016, p. 70) “o neoliberalismo vai desenvolver-se segundo várias linhas de força, submetendo-se a tensões das quais devemos reconhecer a importância.” Neste sentido, o neoliberalismo adentra o contexto educacional e segundo Fávero e Pasinato (2020, p. 904), “Numa perspectiva neoliberal, cabe à educação o papel de legitimar novos e velhos processos de exclusão verificados na sociedade de forma difusa e no contexto educacional de forma sistemática.”, sendo assim, são difundidas no interior do sistema educacional, as relações do mercado como a concorrência, a competição, a eficiência e a eficácia.

Outro aspecto importante que são denunciados por Fávero e Pasinato (2020, p. 908)

trata-se da desqualificação da imagem docente como subterfúgio ao ataque a formação docente, na qual os autores apontam que: “as providências concretas para o exercício do controle-ideológico sobre o magistério envolvem sua formação e sua atuação profissional”, justificando atualmente a mudança na diretriz curricular da formação docente, a Base Nacional Comum - Formação (BNC-Formação, 2019) alinhada a proposta da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017).

De acordo com Pinheiro e Agostini (2021, p.33) “Nesse sentido, questiona-se de quem é o desejo da formação por competências e habilidades e para atendimento de qual fim, instiga pensar sobre quais docentes estaremos formando.” Até que ponto uma formação para aplicar a BNCC garante a qualidade da formação e da educação em nosso país? Uma formação que prioriza o repasse de técnicas para que o estudante-professor se torne competente para tal fim. A de se convir que extrair fundamentos da formação filosófica e sociológica da identidade docente estará extraindo aspectos necessários a uma formação para as humanidades. Ainda segundo Pinheiro e Agostini (2021, p.33) “Uma formação que parece primar por docentes aptos a seguir a prescrição, quase que impelidos de utilizar criatividade no que lhes é possível mudar. Em uma educação permeada pela lógica neoliberal de eficiência [...]” Com esta ‘nova’ política de formação docente, a BNC-Formação (2019) e a partir da Pedagogia das Competências, a qual também encontra-se alinhada na BNCC (2017) alterando o currículo do Ensino Fundamental e Ensino Médio percebe-se as influências neoliberais adentrando o contexto educacional. Ou seja, o termo competência não é algo novo, mas surge com outra roupagem forjada por determinados interesses. E como corrobora Sacristán (2011, p.8) “a linguagem que escolhemos na educação nunca é neutra, porque com ela compreendemos a realidade educacional de uma forma ou de outra, adotamos um ponto de vista”, é por meio da linguagem que destaca-se determinados problemas e se toma determinadas atitudes, posicionamentos em determinadas situações e contextos.

Dentro do recorte de 2016 a 2021 ocorrem as reformas curriculares, as quais foram efetivadas de forma aligeirada, coadunando as perspectivas neoliberais e ao preparo para o desejo do mercado de trabalho, diferente da perspectiva do mundo do trabalho, trazendo o termo competência como o foco principal, suprimindo contextos sociais, culturais e uma formação humana que compreende as desigualdades sociais. Tudo isso, atrelado a flexibilização das regras de acesso e permanência no mercado de trabalho constituem o novo conceito de competência. No qual o sujeito deve ser empreendedor de si mesmo, entram então no campo formativo as questões de que a capacidade potencial do trabalhador no sentido de poder fazer sobrepõe-se a uma formação real voltada para a sua subjetividade, pensamento crítico mais amplo, pois deve formar-se voltado às necessidades do mercado de trabalho.

De acordo com Ramos (2011, p. 221) “a ideia que se difunde quanto à apropriação da noção de competência pela escola é que ela seria capaz de promover o encontro entre formação e emprego”, este discurso vem sendo legitimado na esfera pedagógica tendo como ponto principal a passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino

definido pela produção de competências que sejam verificáveis em determinadas situações práticas. Com isso, tem-se o ponto de partida das competências a serem desenvolvidas. Segundo, Pinheiro e Sartori (2022, p.100) “A precarização da educação pública, por vários meios, possibilita abertura estratégica para inserção de uma ideologia, que vem carregada por um discurso de qualidade e de mudança.” A BNC-Formação é o retrato da padronização a construção de competências.

Nesse ínterim, tem-se na elucidação, no debate e no diálogo sobre as artimanhas do neoliberalismo uma das formas de enfrentamento, lembrando que é preciso fazer com que estes meios cheguem até os docentes em formação e já formados. Para tal, espaços de debates sobre as políticas educacionais que vem adentrando a educação são fundamentais na atual conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Neoliberalismo. Formação Docente. BNC-Formação. Pedagogia das Competências.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, para além de Vigiar e Punir. **Revista de Filosofia Aurora**. Curitiba, vol. 21, n. 28, pp. 39-58, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/1135>

BATISTA, Bruno Nunes. Foucault e a genealogia do neoliberalismo. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 11, p.137-159, jul /dez. 2019.

BRASIL. CNE. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 maio de 2022

BRASIL. CNE. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 02/2019** de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: Brasília, dez./ 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, 2017.

CENCI, Angelo Vitório. **Neoliberalismo, capital humano e educação**. In: FÁVERO, Altair A.; TONIETO Carina; CONSALTÉR, Evandro. (Org.). Leituras sobre Educação e Neoliberalismo. Curitiba: CRV, 2020. p.87-106.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁVERO, Altair Alberto; PASINATO, Darciel. As políticas neoliberais no brasil: sua influência na educação básica e superior. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 903-928, out. 2020. ISSN 1809-0354. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8277>>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos**. Instituto de Economia. Unicamp: Campinas, n. 415, ago. 2021. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf> Acesso em: 28 nov. 2021.

NETO, João Leite Ferreira. Foucault, Governamentalidade Neoliberal e Subjetivação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/w77HNhPSgRPzrrKrz7ywgYG/?lang=pt> Acesso em: 29 nov. 2021.

PINHEIRO, Ana Paula Pinheiro; AGOSTINI, Camila Chiodi. **A BNC-Formação para Ensino Superior e a sociedade de aprendizagem**: algumas discussões sobre a formação pautada em competências. In: MACHADO, Gabriella E. COSTA, Sabrina C.da; SILVA, Karoline Regina P. da. Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais. (livro eletrônico). Santa Maria: Arco editores, 2021, p.27-44. Disponível em: https://f7f3ee10-6cec-4bfa-a3ac-eb10305f7e07.filesusr.com/ugd/4502fa_9655de7bc01045b488f8c800a7f37299.pdf Acesso em: 05 jan de 2022.

PINHEIRO, Ana Paula; SARTORI, Jerônimo. Políticas Educacionais de Formação de professores na lógica do mercado. In: FÁVERO, Altair A. et al (orgs). **Leituras sobre a pesquisa em política educacional e a teoria da atuação**. Chápeco: Livrologia, 2022.

RAMOS, Marise Nogueira, **A Pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno; et al. **Educar por competências**: o que há de novo? Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima, revisão técnica: Selma Garrido Pimenta. Porto Alegre: Artmed, 2011.